

UM EXERCÍCIO PEDAGÓGICO POR OBJECTIVO DE DESENVOLVIMENTO DO MILÉNIO (ODM)



Exercícios adaptados pela INDUCAR para o Projecto M – igual? Igualdade não é indiferença, é oportunidade!

Organização: Fundação Gonçalo da Silveira
Colaboração: Fundação Champagnat
Apoio: ACIDI e IPAD





ODM 1 – Erradicar a Pobreza Extrema e a Fome

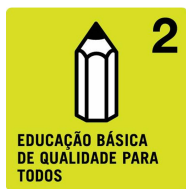
:: UM PASSO EM FRENTE

TEMA	:: Pobreza, direitos humanos, discriminação, xenofobia
CONTEXTO	:: “Erradicar a pobreza extrema e a fome” é um dos 8 Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (OdM's), estabelecidos pelos 189 países que assinaram a Declaração do Milénio, por ocasião da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 2000. Estes Objectivos foram identificados com base nos principais desafios que a Humanidade enfrenta na transição para o novo milénio e devem ser alcançados num horizonte de 25 anos. O processo de cooperação entretanto iniciado pelos vários países deverá traduzir-se num desenvolvimento mais sustentado e equilibrado de todas as regiões do Mundo.
RESUMO	:: Nesta actividade, os participantes são convidados a assumir o papel de outra pessoa, pertencente a um grupo desfavorecido / excluído. O exercício deverá desencadear uma reflexão sobre as questões da pobreza e da desigualdade social enquanto fonte de discriminação / exclusão.
DURAÇÃO	:: 60 minutos
PARTICIPANTES (Nº E PERFIL)	:: 10-30 participantes (2º e 3º ciclo e Ensino Secundário)
OBJECTIVOS DA SESSÃO	:: Alertar a relação existente entre pobreza e desigualdade de oportunidades, que afecta a nossa sociedade e reflectir sobre as suas causas e consequências :: Promover o valor da empatia e da solidariedade para com aqueles que são mais desfavorecidos
EQUIPAMENTO E MATERIAIS NECESSÁRIOS	:: Um espaço amplo (um corredor, uma sala, ao ar livre) :: Leitor de CD's (música calma)
HANDOUTS	:: Cartões de apresentação

		:: Lista de situações
PASSO-A-PASSO		<p>:: Antes de iniciar o exercício:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Rever a “lista de situações” e adaptá-la ao grupo com que se vai trabalhar. • Fazer um cartão de apresentação para cada participante. <p>:: Criar uma atmosfera descontraída, se possível, com música ambiente. Em alternativa, deve pedir-se aos participantes que se mantenham em silêncio.</p> <p>:: Distribuir aleatoriamente os cartões de apresentação pelos participantes. Referir que o devem guardar e não mostrá-lo aos restantes participantes.</p> <p>:: Convidar os participantes a sentar-se (por exemplo, no chão) e a ler o seu cartão de apresentação.</p> <p>:: Pedir aos participantes que comecem a “interiorizar” o seu papel. Para ajudar, ler em voz alta e pausadamente, as seguintes questões, de forma a dar tempo e algumas pistas de construção da sua personagem:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Como foi a tua infância? Como era a casa em que vivias? Quais eram as tuas brincadeiras favoritas? Quais eram as profissões dos teus pais? • Como é hoje um dia da tua vida? O que costumavas fazer de manhã, à tarde, à noite? • Que tipo de vida tens? Onde vives? Qual é o teu vencimento mensal? Como ocupas os tempos livres? O que fazes nas férias? <p>:: De seguida, pedir que os participantes se mantenham em silêncio e que se organizem em linha ao lado uns dos outros.</p> <p>:: Explicar que se vai passar a ler a lista de situações. Cada vez que a resposta a essa situação possa ser afirmativa, os participantes devem dar um passo em frente. Caso contrário, devem permanecer onde estão.</p> <p>:: Ler as situações uma a uma, pausadamente, de modo a que os participantes possam dar o passo e observar a que distância se encontram dos restantes.</p> <p>:: No final, convidar os participantes a tomar nota do lugar em que ficaram.</p> <p>:: Passar para <i>debriefing</i> em plenário.</p>
DEBRIEFING E AVALIAÇÃO		<p>:: Começar por pedir a opinião dos participantes sobre o exercício (o que sentiram, o que aprenderam?)</p> <p>:: Nesta fase, e à medida que vão respondendo às questões, os participantes devem fazer</p>

	<p>uma apresentação breve da sua personagem, deixando também margem a que os participantes tentem adivinhar as personagens uns dos outros.</p> <p>:: Que tipo de problemas consideram estar em causa?</p> <p>:: O exercício espelha, de alguma forma, a sociedade em que vivemos? Como?</p> <p>:: Quem considera que a pobreza afectou o percurso da sua personagem?</p> <p>:: Quais são as consequências desta situação para a personagem? E para o conjunto?</p> <p>:: Que medidas podem ser tomadas para atenuar estas desigualdades?</p> <p>:: Quais destas medidas dependem directamente da acção de cada um de nós</p>
--	--

<p>“DICAS”</p> <p>VARIAÇÕES</p>	<p>E</p> <p>:: Na fase de identificação com as personagens, é possível que alguns participantes refiram que o cartão de apresentação contém pouca informação sobre a personagem, ao que se deve responder que uma das ideias do exercício é precisamente usar a criatividade para imaginar a personagem.</p> <p>:: O impacto que este exercício causa reside principalmente na distância que se vai estabelecer entre os que deram muitos passos em frente e os que não o fizeram. Para reforçar este impacto, é importante que os cartões de apresentação contenham informações adaptadas à realidade que os próprios participantes conhecem. É importante assegurar que apenas um número mais reduzido de participantes possa seguir em frente (respondendo “sim” a várias perguntas).</p> <p>:: No <i>debriefing</i>, é importante explorar até que ponto os participantes conhecem as realidades que retrataram e como é que tomaram esse conhecimento (por experiência própria ou através da imprensa, de livros, etc)? Até que ponto as personagens que eles “criaram” são condicionadas por estereótipos e preconceitos?</p> <p>:: Esta actividade é particularmente relevante para a percepção dos vários tipos de direitos – sociais, económicos, culturais, políticos – de que todas as pessoas deveriam beneficiar. Os problemas da pobreza e da exclusão social são, em si mesmas, uma violação dos direitos humanos.</p>
---	--



ODM 2 – Alcançar o Ensino Primário Universal

:: A Vida de Ashique

TEMAS	Crianças, Direitos Sociais, Globalização, Educação
CONTEXTO	<ul style="list-style-type: none"> - O direito à protecção contra formas de trabalho desumanas e contra a exploração do trabalho infantil. - O direito à educação. - O direito a brincar e à diversão.
RESUMO	<p>Esta actividade explora as seguintes questões através de análises em pequenos grupos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - A realidade do trabalho infantil. - As causas do trabalho infantil e formas de o abolir.
DURAÇÃO	:: 90 minutos
PARTICIPANTES (Nº E PERFIL)	:: 5 +
OBJECTIVOS DA SESSÃO	<ul style="list-style-type: none"> - Aumentar os conhecimentos sobre a realidade do trabalho infantil. - Desenvolver uma abordagem crítica em relação à complexidade do problema. - Promover os valores de justiça e o sentimento de responsabilidade na procura de soluções. - Sensibilizar para as questões da exclusão na Educação
EQUIPAMENTO E MATERIAIS NECESSÁRIOS	<p>:: Fotocópias com os factos da vida de Ashique: uma cópia por participante.</p> <p>Canetas e marcadores.</p> <p>Bloco de cavalete e folhas A3 ou quadro.</p>
PREPARAÇÃO	Copie o quadro de "Ideias para solucionar" para uma folha grande (A3 ou outra), uma para cada grupo e uma para a análise final. Leia a informação suplementar e utilize-a como introdução à actividade.

PASSO-A-PASSO	<ol style="list-style-type: none"> 1. Explique aos participantes que a actividade se baseia na vida de Ashique, uma criança que trabalha no Paquistão. O objectivo consiste em encontrar formas para alterar a situação de Ashique. 2. Para aquecer, faça uma ronda de "quem conta um conto...". Inventem uma história criativa sobre o dia-a-dia de Ashique. Cada pessoa do círculo deve acrescentar uma frase. 3. Divida o número inicial de participantes em grupos de, no máximo, cinco pessoas. <p>Distribua uma folha com os factos da vida de Ashique e dê-lhes cinco minutos para lerem e comentarem entre si.</p> <ol style="list-style-type: none"> 4. Entregue a cada um dos grupos uma folha com "Ideias para solucionar". Explique que a tarefa consiste em encontrar soluções para o problema de Ashique e de outras crianças na mesma situação. Devem escrever nas colunas apropriadas os passos a tomar para resolver a situação: "Amanhã", "Para o mês que vem" ou "No futuro". Têm 30 minutos para a tarefa e para nomearem um porta-voz que faça o relatório final. 5. Juntos em plenário, cada grupo deve expor das suas ideias para cada coluna. Resuma as ideias no bloco de cavalete/ quadro da sala e deixe alguns momentos para análise, tendo sempre atenção ao tempo! 6. Quando o quadro estiver completo, discuta as soluções encontradas e avance para a análise final.
ANÁLISE E AVALIAÇÃO	<p>A profundidade da análise dependerá do conhecimento dos participantes acerca deste tema, mas tente abordar tanto as opiniões dos mesmos sobre a exploração infantil como também as possíveis soluções.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Os participantes já tinham consciência da exploração do trabalho infantil antes de realizar esta actividade? - Como é que sabiam? - Onde é que foram buscar essa informação? - Há exploração do trabalho infantil no seu país/cidade? - Que trabalho é que as crianças fazem e porquê? - As crianças devem trabalhar? Ou será que devem poder escolher entre trabalhar ou não? <p><i>"O trabalho infantil é um rendimento indispensável para as famílias e para a comunidade. Se o abolirmos é a criança quem mais sofre."</i></p> <ul style="list-style-type: none"> - Como é que se responde a isto? - De que forma é que nós, consumidores, beneficiamos da exploração do trabalho infantil? - Foi muito difícil pensar em possíveis soluções para a exploração infantil? - Qual das três colunas foi mais complicada de preencher? Porquê?

	<ul style="list-style-type: none"> - Já houve várias declarações e conferências, nacionais e internacionais, sobre o problema da exploração do trabalho infantil. Por que é que é ainda um problema tão presente no mundo? - Quem é que deve ser responsável por solucionar o problema? (com uma caneta de cor diferente escreva as sugestões que surgirem no quadro) - Acham que o cidadão comum, como vocês e eu, pode ajudar a solucionar o problema? Como e quando?
--	--

“DICAS” E VARIAÇÕES	<p>: Dicas para o animador</p> <p>Se os participantes não estiverem muito informados sobre o trabalho infantil, o melhor será começar a actividade com uma pequena introdução onde lhes dê alguma informação sobre o assunto. Pode, por exemplo, pegar nas estatísticas que fornecemos e transformá-las num questionário (ver no FAROL e no final destas páginas). As primeiras duas colunas ("Amanhã" e "No próximo mês") podem ser extremamente difíceis de preencher, e essa dificuldade pode transformar-se num sentimento de impotência e frustração.</p> <p>Nessa altura, o melhor é motivá-los, lendo-lhes a seguinte frase:</p> <p><i>"Esta é uma grande tarefa; mas não tão grande que seja impossível ou penosa. Vale a pena que os países em vias de desenvolvimento aprendam a lidar com a exploração infantil. A causa da exploração do trabalho infantil não é a escassez de recursos, mas sim a falta de verdadeiro zelo. Isto tem de parar."</i></p> <p>(Afirmção do Supremo Tribunal no caso de M. C. Mehta <i>versus</i> o Estado de Tamil Nadu e outros, na Índia, em 1986)</p> <p>Normalmente, os participantes apercebem-se de que, para encontrarem soluções duradouras e efectivas, a primeira coisa a fazer é identificar as causas. Depois de uma análise das causas, as soluções tornam-se mais claras. No entanto, tenha atenção, pois alguns grupos podem estar demasiado preocupados com a procura de soluções e esquecerem-se desse pequeno, mas grande, pormenor. Nessa altura terá de lhes recordar esse facto.</p> <p>Pode espicaçá-los, sugerindo algumas destas ideias:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Reduzir a pobreza, para que não haja necessidade de as crianças trabalharem; - Aumentar os salários dos adultos, para que não haja necessidade de as crianças trabalharem; - Apostar na educação, de forma a torná-la mais atraente e importante para as necessidades das crianças; - Desenvolver normas internacionais para a contratação de crianças;
--------------------------------	--

	<ul style="list-style-type: none"> - Banir os produtos produzidos por empresas que explorem o trabalho infantil; - Desenvolver normas de trabalho mundiais mínimas que sejam exigidas como requisitos de adesão à OMC – Organização Mundial do Comércio. <p>Pode também utilizar notícias sobre o trabalho infantil – locais ou globais – de forma a tornar a actividade mais interessante.</p> <p>Variantes</p> <p>Se quiser aprofundar o conhecimento dos participantes em relação ao problema da exploração do trabalho infantil antes da actividade, use um dos questionários que pode encontrar no site da OIT – Organização Internacional do Trabalho (http://www.vs.ilo.org/teachinilokids/), ou na página da UNICEF (www.unicef.org/teachers/protection/access.htm).</p>
--	--

Sugestões para aprofundamento

Descubra mais informações sobre as campanhas de jovens contra o trabalho infantil, por exemplo a campanha "Kids Can Free the Children" (Os miúdos podem libertar as Crianças), de uma fundação para os direitos da criança, que foi criada por um canadiano de 12 anos (www.icomm.ca/freechild/).

Informação complementar

No capítulo 5 do FAROL (Manual de Educação para os Direitos Humanos com Jovens), na secção de informação de referência sobre as crianças e direitos sociais, pode encontrar algumas estatísticas sobre o trabalho infantil, informações sobre o que é produzido com trabalho infantil, sobre o direito internacional e o trabalho infantil e as consequências deste para a criança.

A dimensão do problema é tal que existe imensa informação disponível relacionada com este tema. Incluímos na lista de sites úteis: OIT – Organização Internacional do Trabalho, Unicef e Save the Children (www.savethechildren.org.uk).

Dados estatísticos:

- Mais de 10 milhões de crianças com menos de 5 anos continuam a morrer todos os anos de causas que se podiam evitar
- Mais de 100 milhões de crianças continuam a não frequentar a escola primária, sendo a maioria raparigas
- Estima-se que 300.000 crianças sejam crianças-soldado
- 149 milhões de crianças estão mal nutridas (dois terços pertencem à Ásia)

- Só no ano 2000, aproximadamente 31 milhões de refugiados e de pessoas deslocadas (na sua maioria mulheres e crianças) foram apanhadas nos conflitos de guerra e forçadas a abandonar as suas casas e tornarem-se refugiadas.

Exploração do Trabalho Infantil é:

... trabalho a tempo inteiro realizado por crianças com menos de 15 anos

... trabalho que impeça as crianças de ir à escola

... trabalho que seja perigoso para as crianças e prejudicial para a sua saúde física, mental e emocional

As razões subjacentes a esta prática são muitas vezes complexas e podem ir desde práticas culturais até situações de pobreza em que as famílias precisam do dinheiro que as crianças trazem para casa.

Em relação às consequências, para além de privar as crianças de educação apropriada e de diminuir o seu desenvolvimento físico e mental, o trabalho infantil pode conduzir a problemas de saúde gravíssimos, tais como a deformação muscular e óssea, envenenamento químico, cortes e outras feridas, doenças respiratórias, queimaduras graves, etc.

Exemplos de produtos feitos por crianças: tapetes, tijolos, fósforos, açúcar, roupas, sapatos, cigarros, fogo-de-artifício, casas e outros edifícios, lápis, produtos de pele, etc. Podem também ser empregados para as colheitas, trabalho fabril, carregar materiais pesados, pesca e para serviços domésticos básicos.

O QUE PODEMOS FAZER PELA VIDA DO ASHIQUE - E DE OUTRAS CRIANÇAS?		
AMANHÃ	PARA O MÊS QUE VEM	NO FUTURO

Factos da vida de Ashique

Informação Pessoal

Nome: Ashique Hashmir

Idade: 11 anos

Nacionalidade: Paquistanês

Família: Pais, 2 avós, 1 irmã e 3 irmãos

Rendimento da família: cerca de 70€/mês

Informação "Profissional"

"Profissão": trabalha numa fábrica de tijolos

Horas de trabalho: entre 12 e 16 horas por dia (1/2 hora de intervalo); 6 dias por semana.

Produz: cerca de 600 tijolos por dia.

Salário: 1.3 euros por 1000 tijolos (mas 50% são entregues para pagar o empréstimo feito pela família)

Trabalha desde os 5 anos de idade.

Outras Informações

Há dois anos que a sua família está endividada pois pediu um empréstimo de cerca de 110€. Agora, com os juros do empréstimo, devem já 280€.

Ashique chegou a estar matriculado numa escola durante três meses, mas o dono da fábrica foi lá buscá-lo e voltou a pô-lo na fábrica. O pai de Ashique chegou a ser castigado por o ter inscrito.

O rendimento da família é extremamente baixo e, por isso, insuficiente para mandar as crianças para a escola e até mesmo para lhes dar comida e cuidados de saúde apropriados.

Situação da vida real.

Esta informação foi reunida a partir de material da OIT e Free the Children.

Referência: campanhas free the children www.freethechildren.org



ODM 3 – Promover a Igualdade de Género e a Automização da Mulher

:: Trabalho ou Filhos?

TEMAS	Direitos sociais, Igualdade de Género, Discriminação e Xenofobia
CONTEXTO	Direitos relacionados: <ul style="list-style-type: none"> - O direito à escolha de reprodução por parte da mulher - O direito a não ser demitida com base na gravidez, maternidade e condição conjugal - O direito à igualdade de oportunidades de emprego e remuneração
RESUMO	Esta actividade é uma dramatização que aborda os seguintes assuntos: <ul style="list-style-type: none"> - Direitos reprodutivos no local de trabalho. - Discriminação contra as mulheres no local de trabalho.
DURAÇÃO	:: 90 minutos
PARTICIPANTES (Nº E PERFIL)	:: 10-25 Alunos do 2º e 3º Ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário
OBJECTIVOS DA SESSÃO	<ul style="list-style-type: none"> - Reforçar o conhecimento sobre direitos sexuais e reprodutivos da mulher. - Tentar mostrar aos participantes qual a sensação de ser discriminado. - Promover igualdade, justiça e responsabilidade.
EQUIPAMENTO E MATERIAIS NECESSÁRIOS	<ul style="list-style-type: none"> - Uma folha grande de papel, ou um quadro. - Espaço suficiente para o trabalho de grupo e para a encenação. - Adereços para a peça: mesa e cadeiras, papel e canetas.
PREPARAÇÃO	Copie a cena a ser representada para o quadro ou para uma folha A3.
PASSO-A-PASSO	<ol style="list-style-type: none"> 1. Explique que a actividade envolve uma curta dramatização sobre os direitos reprodutivos das mulheres no local de trabalho. Conduza uma breve reflexão em grupo sobre esses direitos para que os participantes compreendam o termo. 2. Divida o número de participantes em pequenos grupos (no máximo cinco por grupo). 3. Leia o texto que se segue, que é a base da pequena peça: <i>"Maria está desempregada há quase um ano e anda muito empenhada a procurar um novo emprego. Há dez dias foi a uma entrevista de um emprego de sonho – exactamente</i>

	<p><i>o que andava à procura! Tudo correu bem e o trabalho foi-lhe oferecido. A empresa pediu-lhe que se encontrasse com o Sr. Santos, o chefe de pessoal, para assinar o contrato. As suas responsabilidades e as restantes questões relacionadas com o seu trabalho já tinham sido discutidas na entrevista. Maria estava já prestes a assinar o contrato, quando o Sr. Santos a avisou que uma das condições era que ela assinasse uma declaração garantindo que não ia ter filhos nos próximos dois anos."</i></p> <p>4. Dê 20 minutos aos participantes para, em grupo, pensarem no final da história e para a dramatizarem. A representação deve começar na entrevista de Maria com o Sr. Santos e não deve demorar mais de cinco minutos.</p> <p>5. Convide cada pequeno grupo a apresentar a sua peça. Deixe os comentários para a análise final.</p>
ANÁLISE E AVALIAÇÃO	<p>Comece a revisão com uma ronda de comentários de cada grupo sobre a forma como a encenação foi desenvolvida. Fale também sobre as implicações e o que pode ser feito em relação à discriminação deste tipo.</p> <ul style="list-style-type: none"> - Alguém ficou surpreendido com a situação? Achem que acontece no vosso país? - O que é que os grupos decidiram em relação ao final? - Os finais apresentados eram realistas? Quais os pontos fortes – e fracos – da forma como a Maria lidou com a situação? Até que ponto é fácil ser assertiva neste tipo de situações em vez de ser agressiva ou até mesmo submissa? - No vosso país, quais os Direitos das Mulheres no trabalho, caso engravidem? - Por que é que a empresa impõe uma condição destas? Achem justa? Porquê? Por que não? - Neste caso, há alguma violação dos Direitos Humanos? Se sim, qual ou quais? - Achem que sucederia o mesmo se a Maria fosse um homem? Porquê? Por que não? - Qual a perspectiva masculina em relação a este assunto? - O que é que pode ser feito para promover e proteger os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres?

“DICAS” E VARIAÇÕES	<p>Dependendo do grupo, pode dividir o número de participantes em conjuntos mistos ou só de representantes do sexo feminino e masculino (se optar por grupos unissexo a discussão será, de certeza, muito mais rica e acesa). Os participantes podem não estar familiarizados com a expressão "Direitos reprodutivos" e, nesse caso, deve ajudá-los a organizar alguns conceitos para que captem a ideia. Fale-lhes nos seguintes pontos:</p> <p>Os direitos reprodutivos incluem o direito a:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Uma relação sexual agradável e satisfatória sem medo de infecção e doença. - Escolher se quer ou não ter filhos. - Uma consulta de planeamento familiar cuidadosa, apoiada por um serviço seguro de interrupção voluntária de gravidez que trate as mulheres com dignidade e respeito, e que assegure a privacidade. - Educação sexual e reprodutiva. <p>Não se esqueça que a discussão sobre os Direitos Humanos que são violados nesta situação pode levantar questões controversas como o aborto ou o direito de escolha da mulher, em oposição ao direito do feto à vida. Trata-se de um tópico muito importante. É também fundamental na Educação para os Direitos Humanos, pois é imprescindível que os participantes sejam tolerantes, que ponham os estereótipos e os preconceitos de lado e que usem as suas capacidades para pensar e avaliar criticamente uma situação. Constitui também uma boa forma de mostrar a complexidade inerente aos Direitos Humanos. Caso o assunto surja, se calhar o melhor é deixar esse debate para outro dia.</p>
----------------------------	--

	<p>Variantes</p> <p>Em vez de dividir o grupo inicial, pode começar por pedir a dois voluntários que representem a cena, mantendo o resto do grupo como observador. Pode ir fazendo intervalos na apresentação, pedindo comentários e sugestões aos observadores. Como alternativa, os observadores podem substituir os actores de forma a apresentar uma perspectiva diferente e a alterar o curso da história.</p> <p>E por que não adicionar mais personagens à história? Pode incluir o marido de Maria, que pode ser um representante do sindicato, prolongando assim a peça para além da entrevista. Pode adaptar os nomes das personagens para que melhor exemplifiquem o seu país.</p>
--	---

Sugestões para aprofundamento

O grupo pode fazer uma pesquisa sobre Direitos sexuais e reprodutivos no vosso país. No seguimento dessa pesquisa, podem também conduzir entrevistas a mulheres e a empregadores e descobrir como é que a legislação funciona na prática. Podem ainda tentar saber qual é o impacto que a legislação europeia tem nas leis nacionais nesta área.

O grupo pode também informar-se acerca da educação sexual e reprodutiva que é ensinada no vosso país. Será que cobre todos os aspectos dos direitos sexuais e reprodutivos? Levem as questões relacionadas com os direitos sexuais e reprodutivos à vossa escola ou associação.

Informação complementar

O papel da Convenção sobre a Eliminação de todas as formas de Discriminação Contra a Mulher.

Sem ignorar problemas de Direitos Civis, a Convenção dedica também grande atenção a uma das maiores preocupações das mulheres: os direitos reprodutivos. O preâmbulo clarifica que "o papel das mulheres na procriação não deve ser motivo de discriminação". A ligação entre a discriminação e o papel reprodutivo das mulheres é abordado de forma recorrente na Convenção. Por exemplo, no artigo 5, faz-se referência a um "entendimento correcto da maternidade como função social", exigindo a responsabilidade total e partilhada dos homens e das mulheres no desenvolvimento dos filhos. Assim, as medidas para a protecção da maternidade e dos cuidados infantis são proclamadas como direitos essenciais, e encontram-se incorporadas em todas as áreas da Convenção, quer estejamos a falar de emprego, lei familiar, cuidados de saúde ou educação. As obrigações da sociedade estendem-se à oferta de serviços sociais, em especial oportunidades de cuidados infantis, que permitam aos indivíduos combinar as responsabilidades familiares com o trabalho e com a participação na vida pública. São também recomendadas medidas especiais para a protecção da maternidade e para que a mesma "não seja considerada como um acto discriminatório" (artigo 4).

A convenção afirma também o direito à escolha por parte da mulher. Curiosamente, é o único Tratado de Direitos Humanos que aborda o planeamento familiar. Os Estados Parte estão obrigados a incluir a informação e o aconselhamento relativos ao planeamento familiar (artigo 10) e a desenvolver códigos familiares que garantam o direito da mulher a "decidir livremente e com todo o conhecimento de causa do número e do espaçamento dos nascimentos, e de ter acesso à informação, à educação e aos meios necessários para permitir o exercício destes direitos (artigo 16)".



ODM 4 – Reduzir a mortalidade infantil

ODM 5 – Melhorar a Saúde Materna

:: DIREITOS DAS CRIANÇAS

TEMA	Educação, crianças, direitos humanos.
CONTEXTO	Reduzir a mortalidade infantil é um dos 8 Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (OdM's), estabelecidos pelos 189 países que assinaram a Declaração do Milénio, por ocasião da Assembleia-Geral das Nações Unidas, em 2000. Estes Objectivos foram identificados com base nos principais desafios que a Humanidade enfrenta na transição para o novo milénio e devem ser alcançados num horizonte de 25 anos. O processo de cooperação entretanto iniciado pelos vários países deverá traduzir-se num desenvolvimento mais sustentado e equilibrado de todas as regiões do Mundo.
RESUMO	:: Esta actividade consiste na discussão dos principais artigos da Convenção sobre os Direitos das Crianças, nomeadamente, o direito a viverem com as suas famílias ou o direito a não serem alvos de exploração económica, com base na técnica de organização “em diamante”. A partir destes direitos, alerta-se para o direito à educação e à saúde enquanto um direito fundamental, e questiona-se em que medida o não-acesso à educação primária e à saúde colide com todos os demais direitos.
DURAÇÃO	:: 60 minutos
PARTICIPANTES (Nº E PERFIL)	:: Indiferente
OBJECTIVOS DA SESSÃO	<p>:: Dar a conhecer os principais artigos da Convenção sobre os Direitos das Crianças, aprovada pela Assembleia-Geral das Nações Unidas em 1989.</p> <p>:: Estimular uma consciência crítica sobre a problemática do acesso à educação e saúde no contexto mais abrangente dos direitos das crianças, relacionando-os com a nossa experiência do dia-a-dia.</p> <p>:: Promover atitudes de responsabilidade, solidariedade, justiça e equidade.</p>
EQUIPAMENTO E MATERIAIS NECESSÁRIOS	<p>:: Um conjunto de artigos da CDC por grupo.</p> <p>:: Um quadro / uma folha larga</p> <p>:: Giz / marcadores</p>

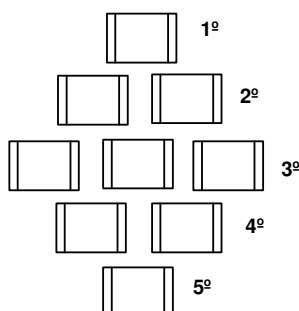
	:: Um espaço amplo para que os pequenos grupos possam trabalhar autonomamente.
HANDOUTS	:: Artigos da Convenção sobre os Direitos das Crianças (em anexo)

PASSO-A-PASSO	<p>:: Antes de iniciar a actividade:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Colocar uma cópia da CDC resumida (escolher apenas alguns artigos) visível • Preparar vários envelopes com o mesmo conjunto de artigos da CDC (aqueles que possam gerar mais debate / discussão, que possam ser mais pertinentes para o grupo) <p>:: Começar com uma referência breve à CDC, perguntando se alguém sabe do que consta. Assinalar na CDC exposta os principais artigos.</p> <p>:: Pedir aos participantes para formarem pequenos grupos (de 3 ou 4 pessoas). Distribuir os envelopes com o conjunto de artigos seleccionados da CDC.</p> <p>:: Explicar a técnica da organização “em diamante”. Cada sub-grupo deve discutir os 9 artigos seleccionados e dispô-los de acordo com a importância que lhes atribui.</p> <p>:: Dar cerca de 25 minutos aos grupos para discutirem os artigos e a ordem em que os querem colocar.</p> <p>:: Quando os grupos terminarem, pedir às pessoas para circularem na sala e observarem o modo como cada grupo organizou os artigos da CDC.</p> <p>:: Reunir os grupos em plenário.</p> <p>:: Convidar os grupos a fazer breves apresentações dos resultados das suas discussões.</p>
DEBRIEFING E AVALIAÇÃO	<p>:: Perguntar aos participantes se gostaram da actividade e quais foram as principais aprendizagens que dela decorreram?</p> <p>:: Quais são as principais similaridades e diferenças encontradas entre as propostas de organização dos artigos pelos vários grupos?</p> <p>:: O que acham que levou ao estabelecimento de prioridades diferentes?</p> <p>:: Em função do que viram noutros grupos, algum grupo quer reconsiderar a organização dos artigos que propôs? Quais os argumentos que (eventualmente) os persuadiram?</p> <p>:: Em geral, quais os direitos das crianças que não são respeitados em Portugal? Porquê?</p> <p>:: Que outros direitos das crianças são igualmente importantes e não foram seleccionados para a discussão?</p> <p>:: Uma criança que não vá à escola consegue garantir os demais direitos? Se sim, em que</p>

	<p>condições? Se não, porquê?</p> <p>:: Porque é tão importante que todas as crianças tenham acesso à educação primária?</p> <p>:: Até que ponto consideram realística a implementação dos artigos da CDC?</p> <p>:: A quem podem as crianças recorrer, na sociedade, caso os seus direitos sejam violados?</p>
--	---

“DICAS” E VARIAÇÕES	<p>:: No início do <i>debriefing</i>, salientar que não há organizações correctas ou erradas e que cada pessoa tem experiências diferentes e, por conseguinte, diferentes prioridades e que estas devem ser respeitadas. No entanto, dentro dos grupos, deve tentar chegar a um consenso sobre a organização dos artigos.</p> <p>:: Em vez de distribuir nove artigos em cada envelope, podemos deixar um cartão em branco, para que sejam os grupos a identificar o nono.</p> <p>:: Colocar os artigos da CDC num chapéu ou num saco e pedir a cada participante que retire um artigo e o comente.</p> <p>:: Pedir aos grupos que escrevam uma pequena história e/ou apresentem uma breve simulação sobre um incidente relacionados com um artigo seleccionado. Em alternativa, a história podem ser baseadas em casos divulgados na imprensa, em filmes, numa peça de teatro, etc.</p>
--------------------------------	--

Organização “em diamante”





ODM 6 – Combater o HIV/SIDA, a Malária e outras doenças

:: Acesso a Medicamentos

TEMAS	Saúde, Globalização, Discriminação e Xenofobia
CONTEXTO	Os direitos à vida e à dignidade. O direito à propriedade.
RESUMO	Esta actividade consiste numa simulação do julgamento de 2001 "Medicamentos contra a SIDA", na África do Sul, e aborda os seguintes temas: - HIV/SIDA e o acesso a medicamentos. - Como resolver diferendos relativos a direitos.
DURAÇÃO	90 min.
PARTICIPANTES (Nº E PERFIL)	16-40 min (3º ciclo e Ensino Secundário)
OBJECTIVOS DA SESSÃO	<ul style="list-style-type: none"> - Compreender a complexidade das questões relativas aos Direitos Humanos. - Comparar diferentes métodos de tomada de decisão (a abordagem antagónica, a abordagem consensual). - Desenvolver capacidades de comunicação e de cooperação.
EQUIPAMENTO E MATERIAIS NECESSÁRIOS	<ul style="list-style-type: none"> - Bloco de cavalete e canetas. - Cartões com a descrição do papel que vão representarem no tribunal. - "O exercício passo a passo" para o trabalho de grupo: um exemplar para cada participante. - Cartões pequenos (10 cm por 6 cm). Um cartão verde e um cartão vermelho por participante. - Espaço suficiente para a sessão plenária e para o trabalho de grupo.
PREPARAÇÃO	<p>Para a primeira parte:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Fotocopie os cartões com os papéis do tribunal; é preciso um por participante. <p>Para a segunda parte:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Fotocopie "o exercício passo a passo" para o trabalho dos grupos, um por participante. - Corte um cartão vermelho e outro verde para cada participante.
PASSO-A-PASSO	<p>Esta actividade divide-se em duas partes: a primeira consiste na simulação de um julgamento e a segunda constitui a fase de construção de consenso.</p> <p>1.ª Parte. O julgamento (duração total: 65 minutos)</p>

	<p>1. O cenário é o seguinte: o HIV/SIDA é uma epidemia gravíssima em todo o mundo, mas especialmente em África. Trata-se de um problema muito sério na África do Sul, onde sofrem e morrem, desnecessariamente, milhões de pessoas pobres, porque não podem comprar os medicamentos caros de que precisam. A única hipótese destas pessoas é tomar genéricos. Contra isto estão as principais companhias farmacêuticas, pois querem proteger os seus direitos à propriedade. Por isso, uniram-se para impedir os Estados de copiarem e venderem os seus produtos a preços mais baixos. Puseram, até, uma acção judicial contra o Governo da África do Sul, que está a distribuir e a vender as cópias dos medicamentos para o HIV/SIDA a um preço mais baixo.</p> <p>2. Explique que os participantes vão simular o julgamento que aconteceu recentemente na África do Sul, exactamente sobre este problema. A questão que se coloca é: Será o direito à propriedade um argumento válido quando se põe em perigo o direito à vida e à dignidade de um grupo de pessoas?</p> <p>3. Divida o número de participantes em quatro grupos iguais que representarão a Pharma Inc., o governo sul-africano, membros da Treatment Action Campaign (TAC) e os juízes.</p> <p>4. Distribua os cartões, onde estão descritos os papéis do tribunal, aos grupos correspondentes.</p> <p>5. Dê 25 minutos para os grupos lerem os seus papéis e prepararem o seu caso e/ou questões para o julgamento. Cada grupo deve também nomear um porta-voz que o represente e um ou dois assessores que apoiem o porta-voz e o ajudem a responder a questões durante o julgamento.</p> <p>6. Quando todos os grupos estiverem prontos, convide-os a voltarem ao plenário, mas mantendo-os divididos nos quatro grupos.</p> <p>7. Agora os Juízes apresentam os grupos e cada um deles tem cinco minutos para apresentar a sua posição e levantar questões.</p> <p>8. No final, os juízes terão dez minutos para tirar qualquer dúvida com os grupos e para sumariar os diferentes argumentos e posições.</p> <p>2.ª Parte. Fase de construção de consensos (duração total: 100 minutos)</p> <p>1. Peça aos participantes que se dividam em grupos de quatro. Em cada grupo deve haver um representante da Pharma S.A., um do governo sul-africano, um da TAC e um juiz.</p> <p>2. Distribua as cópias do "exercício passo a passo" a cada pequeno grupo. Certifique-se de que todos perceberam o que têm de fazer e sabem como usar os cartões verdes e vermelhos. Os grupos têm 30 minutos para tentar chegar a um consenso sobre o modo como resolvemos referendos.</p> <p>3. Volte a reunir em plenário e peça que relatem os resultados das discussões. Dê a cada grupo cinco minutos para apresentar o seu relatório. Anote os principais problemas e soluções no bloco de cavalete.</p> <p>4. Quando todos os grupos tiverem apresentado as suas posições/soluções, avance para a análise sobre o processo de tomada de decisões. Pode perguntar:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Foi fácil chegar a um consenso? - Quais são as vantagens e desvantagens desta abordagem?
--	--

	<p>- Foi difícil chegar a uma solução e, ao mesmo tempo, fazer com que todos os membros do grupo se sentissem incluídos nessa mesma decisão?</p> <p>- Quais foram os assuntos mais problemáticos?</p> <p>5. Pode aproveitar para acabar esta fase da actividade com a leitura do seguinte excerto do veredicto do tribunal, datado de 19 de Abril de 2001:</p> <p>"A intenção (...) de promover o acesso barato a medicamentos (...) é louvável, e, no contexto da epidemia HIV/SIDA, é também uma obrigação constitucional da mais alta ordem relacionada com o dever do Estado de respeitar, proteger, promover e realizar os direitos fundamentais, incluindo os direitos à dignidade humana e à vida (considerados a base de todos os outros direitos) (...) Nega-se provimento no pedido apresentado pelos requerentes (ou seja, as companhias farmacêuticas)."</p>
AVALIAÇÃO	<p>A avaliação começa com a análise da segunda fase da actividade. Prossiga, encorajando os participantes a reflectir no processo e a identificar as questões fundamentais dos Direitos Humanos que se encontram subjacentes a este julgamento. Exemplos de perguntas chave:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Os participantes já tinham ouvido falar deste caso? - Quais eram os seus pressupostos iniciais? - Foram alterados durante a actividade? - Como é que se podem comparar os dois processos de tomada de decisão: a antagónica e a consensual? Qual tem resultados mais satisfatórios? Como é que definiria um resultado com sucesso? - Quais são as questões fundamentais de Direitos Humanos subjacentes a este julgamento? - Como é que estas questões se ligam com realidade social dos participantes? - Quais são as implicações para as pessoas das vossas comunidades?
“DICAS” E VARIAÇÕES	<p>Esta actividade é extremamente morosa, pois os assuntos tratados são complexos e os participantes precisam de tempo para reflectir. Não há, contudo, necessidade de fazer tudo no mesmo dia: pode dividi-la em duas sessões.</p> <p>Os cartões verdes e vermelhos servem para ajudar a consciencializar as pessoas do que pode auxiliar e dificultar as tomadas de decisão. Num cenário ideal, no final da análise e das negociações na segunda fase, todos os participantes devem levantar os cartões verdes, mostrando que estão de acordo com a solução encontrada.</p> <p>Na segunda fase, há grupos que chegarão a um consenso e outros que eventualmente não o conseguem.</p> <p>Na altura da avaliação, deve aproveitar a oportunidade para explorar as forças e as fraquezas de uma abordagem consensual na tomada de decisão. Peça aos grupos que conseguiram chegar a consenso, para relatarem não só a sua solução final, mas também os argumentos que estão por detrás dessa decisão.</p> <p>Peça igualmente aos grupos que não chegaram a consenso que descrevam o que os uniu e o que os separou.</p> <p>É extremamente importante ter conhecimento da situação da população que vive com HIV/ SIDA na sua comunidade local e saber adaptar/relacionar esta actividade com os problemas reais.</p> <p>Nota: O nome da aliança das companhias farmacêuticas, Pharma S.A., foi inventado para esta actividade.</p> <p>Sugestões para aprofundamento</p> <p>Discutam o direito à vida e à dignidade humana a propósito dos problemas</p>

	<p>de saúde no vosso país. Informem-se sobre os problemas de saúde e de Direitos Humanos no mundo: visitem os sites, ou peçam as publicações das ONG's relevantes (MSF – Médicos Sem Fronteiras, TAC – Treatment)</p> <p>A lembrar: 1 de Dezembro Dia Mundial da luta contra a SIDA</p>
--	--



ODM 7 – Garantir a sustentabilidade ambiental

:: ENCICLOPÉDIA DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

TEMA	:: Sustentabilidade ambiental
CONTEXTO	:: “Garantir a sustentabilidade ambiental” é um dos 8 Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM's), estabelecidos pelos 189 países que assinaram a Declaração do Milénio, por ocasião da Assembleia Geral das Nações Unidas, em 2000. Estes Objectivos foram identificados com base nos principais desafios que a Humanidade enfrenta na transição para o novo milénio e devem ser alcançados num horizonte de 25 anos. O processo de cooperação entretanto iniciado pelos vários países deverá traduzir-se num desenvolvimento mais sustentado e equilibrado de todas as regiões do Mundo.
DURAÇÃO	:: 01h30m
PARTICIPANTES (Nº E PERFIL)	:: Aprox. 50 participantes (alunos e professores)
OBJECTIVOS DA SESSÃO	:: Proporcionar o conhecimento de informação e factos e fomentar o pensamento crítico sobre questões relacionadas com a sustentabilidade ambiental
EQUIPAMENTO E MATERIAIS NECESSÁRIOS	<p>:: Cartolinas</p> <p>:: Revistas, jornais, todos os materiais que possam ser utilizados para ilustração.</p>

	<p>:: Cola, fita-cola</p> <p>:: Tesouras</p> <p>:: Marcadores e canetas de cores diferentes</p> <p>:: Corda</p> <p>:: Furador</p>
HANDOUTS	:: Não aplicável.
PASSO-A-PASSO	<p>:: Explicar que o objectivo desta actividade consiste na criação de uma “enciclopédia do desenvolvimento sustentável” organizada em vários volumes: 1) Glossário, 2) Problemas, 3) Estratégias / soluções, 4) Factos, 5) Personalidades e 6) Eventos.</p> <p>:: Começar por fazer um <i>brainstorming</i> sobre cada um destes tópicos, pedindo aos participantes que digam a primeira palavra / ideia que lhes surja quando pensam, por exemplo, em Eventos relacionados com protecção do ambiente e desenvolvimento sustentável. Registam-se os contributos dos participantes.</p> <p>:: Formam-se, pelo menos, 6 grupos, para elaborarem cada um ds 6 volumes da enciclopédia.</p> <p>:: Sugerir alguns tópicos para orientação da pesquisa de informação, para os vários volumes da enciclopédia: definições claras, abreviaturas, nomes de personalidades, datas de acontecimentos, organizações (inter)nacionais implicadas, etc...</p> <p>:: De seguida são facultados os materiais e os grupos podem começar a trabalhar na criação do seu volume da enciclopédia.</p> <p>:: Quando todos os grupos tiverem terminado, pede-se a cada grupo que apresente o seu volume em plenário.</p>
DEBRIEFING E AVALIAÇÃO	<p>:: Gostaram de realizar esta actividade?</p> <p>:: Qual foi a informação mais surpreendente que encontraram? Porquê?</p> <p>:: As informações eram consistentes? Houve contradições? Houve alguma incoerência entre as informações apresentadas pelos diferentes grupos?</p> <p>:: Como é que cada um de nós pode contribuir para um mundo mais sustentável?</p>
“DICAS” E VARIAÇÕES	<p>:: É fundamental que se apresente uma vasta gama de recursos para que os participantes se deparem com uma grande quantidade de informação.</p> <p>:: A mais-valia desta actividade não é tanto o “documento final” mas antes a</p>

interacção entre os participantes e o processo de aprendizagem que decorre da procura e da análise crítica da informação.



ODM 8 – Criar uma Parceria Global para o Desenvolvimento

:: Making Links – Criar laços

TEMAS	Cidadania, Democracia, Direitos Humanos em geral
CONTEXTO	<ul style="list-style-type: none">- O direito de voto e de participação no governo do seu país.- Liberdade de informação e de expressão.- Responsabilidades para com a comunidade.
RESUMO	Esta actividade aborda a negociação entre os direitos e as responsabilidades dos cidadãos, do governo, das ONG's e dos meios de comunicação social numa democracia.
DURAÇÃO	90 minutos
PARTICIPANTES (Nº E PERFIL)	8-20 participantes
OBJECTIVOS DA SESSÃO	<ul style="list-style-type: none">- Compreender a associação entre direitos e responsabilidades.- Tentar compreender as complexas relações entre os diferentes quadrantes de uma democracia.- Promover a cooperação e a responsabilidade civil.
EQUIPAMENTO E MATERIAIS NECESSÁRIOS	<ul style="list-style-type: none">- Uma folha A3 para cada grupo.- 2 marcadores de cores diferentes (ex.: verde e vermelho) para cada grupo.- Uma cópia das regras do jogo para cada participante.- Um novelo de lã ou de corda (de preferência de cor verde).- Um rolo de fita-cola para cada grupo.- Tesoura.- Cópias das regras do jogo.
PASSO-A-PASSO	<p>Preparação: Corte cerca de 24 fios de lã ou de corda com 1,5m de comprimento.</p> <ol style="list-style-type: none">1. Explique que o objectivo desta actividade consiste em representar num mapa as diferentes relações entre quatro quadrantes numa sociedade democrática (ideal).2. Divida os participantes em quatro grupos, todos com a mesma dimensão, de forma a representarem quatro "actores" numa

	<p>democracia: o governo, o sector das ONGs, os meios de comunicação social e os cidadãos, respectivamente.</p> <p>3. Distribua a cada grupo a folha A3 e os marcadores e peça-lhes que façam uma pequena reflexão em grupo sobre o papel do seu "actor" numa sociedade democrática, ou seja, quais são as funções principais que desempenha. A vermelho, devem listar as cinco funções mais importantes.</p> <p>4. Junte os vários grupos para que possam apresentar as suas ideias e partilhar as várias reacções. Pergunte-lhes se concordam com as funções dos quatro "actores" e deixe-os modificar as listas, caso o queiram fazer.</p> <p>5. Volte a formar os grupos e peça-lhes que realizem mais uma reflexão em grupo, agora para discutirem acerca do que precisam para poderem levar a cabo as suas funções, ou seja, o que vão exigir de cada um dos outros três "actores". Estas exigências devem ser listadas, a verde, de acordo com diferentes títulos. Dê-lhes 15 minutos para executarem esta tarefa.</p> <p>6. Quando o tempo estiver quase a terminar, peça aos grupos que ordenem as seis exigências mais importantes. Distribua a cada grupo uma fita-cola e os fios de lã, que irão utilizar para representar essas exigências.</p> <p>7. Distribua também as cópias das "Regras do Jogo", leia-as e certifique-se de que toda a gente percebeu o que tem de fazer. Peça aos grupos para disporem as suas folhas de papel no centro da sala, de maneira a formar um quadrado, afastadas umas das outras cerca de 1m.</p> <p>Os membros de cada grupo devem posicionar-se perto do respectivo "canto".</p> <p>8. Início da ronda de negociação. Cada ronda deve durar cerca de dez minutos. Lembre aos grupos que, quando aceitam uma exigência, devem colar um dos pedaços de lã entre as duas folhas, o que significa que aceitam a responsabilidade.</p> <p>9. No final do processo, os quatro "actores" estão interligados por uma teia de lã muito complexa. Avance para a análise e avaliação da actividade enquanto os participantes ainda estão sentados à volta do quadro.</p>
AVALIAÇÃO	<p>Peça aos participantes para observarem a teia que construíram e para reflectirem.</p> <ul style="list-style-type: none"> - É difícil pensar nas diferentes funções desempenhadas pelos vários actores numa democracia? - Houve algum desentendimento entre os grupos relativamente à aceitação ou rejeição das várias exigências? - Quais das exigências feitas não foram aceites como responsabilidades? E porquê? Acham que esses casos constituiriam um problema na realidade? - Houve alguma responsabilidade aceite pelo grupo, que não fosse reconhecida antes? Como é que se sentem em relação a essa exigência? - Os participantes aprenderam alguma coisa sobre a dinâmica de uma sociedade democrática que ainda não soubessem? Houve alguma surpresa?
“DICAS” E VARIAÇÕES	<p>Quando os grupos tiverem acabado de definir as suas funções, não perca demasiado tempo com a análise do ponto 4 do "exercício passo a passo". Esta pequena análise deve servir apenas de ponto de partida para o trabalho de grupo seguinte. Os grupos podem querer anotar as funções dos outros actores.</p>

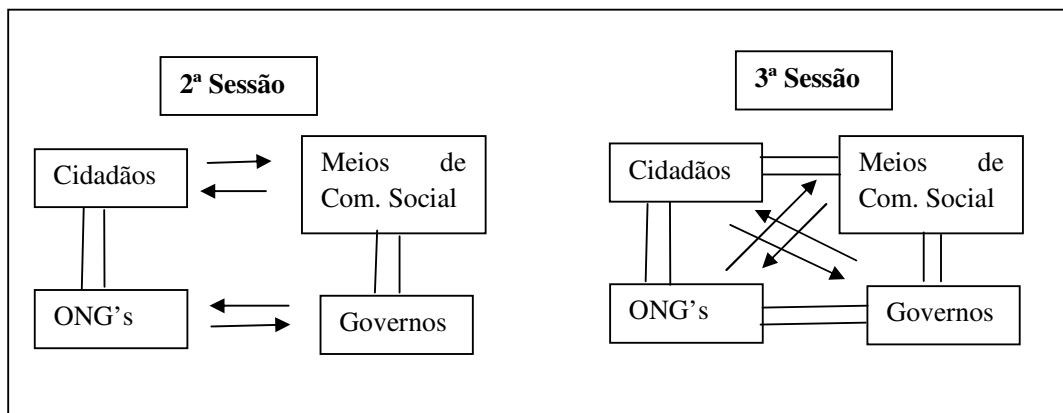
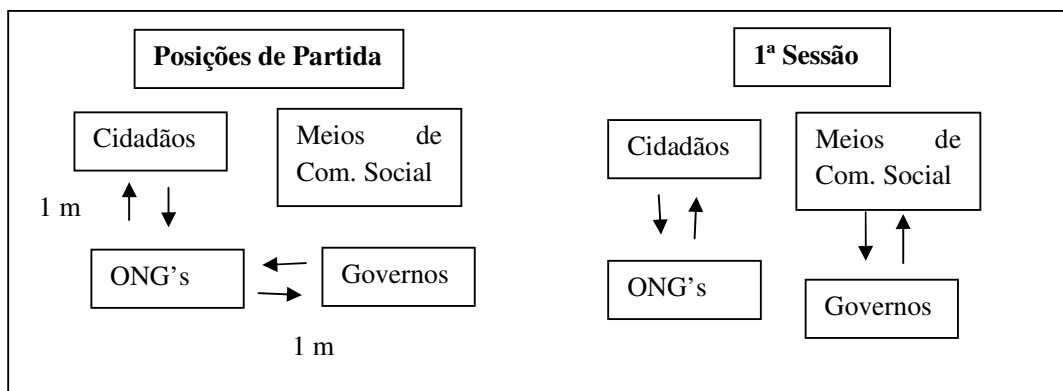
	<p>Quando os grupos estiverem a listar as suas exigências (passo 5), avise-os de que devem ser realistas! As responsabilidades terão de ser plausíveis, logo não poderão fazer reivindicações injustas ou pouco razoáveis.</p> <p>O passo 8 – negociações entre os grupos – não deve ser apresentado como uma "competição", nem deve demorar muito tempo. Deixe bem claro que os grupos devem encarar esse trabalho como uma fase de cooperação, pois o objectivo é fundar uma sociedade onde todos os actores façam exigências que lhes parecerem razoáveis ou, caso contrário, as rejeitem, deixando as mais controversas para a discussão final.</p> <p>Variantes</p> <p>A actividade pode ser mais ou menos complicada, conforme o número variável de "actores" de uma sociedade que queira usar: por exemplo, pode querer acrescentar os "empresários", as "minorias" ou os "grupos desfavorecidos". No entanto, este aumento de actores vai tornar a fase de negociação mais complicada e, nesse caso, o melhor é não juntar todos os grupos. Pode também utilizar categorias diferentes, que sejam mais relevantes para a vida dos jovens – por exemplo, substitua os "cidadãos" por "jovens" e o "governo" pela "escola".</p> <p>A actividade pode ser simplificada se retirar um ou mais grupos: por exemplo, pode trabalhar apenas com os "cidadãos" e com o "governo". Deve seguir este conselho, caso esteja a trabalhar com um grupo demasiado pequeno.</p> <p>Pode tentar fazer a actividade sem utilizar a tabela: durante a fase da negociação, um representante do primeiro grupo pega na ponta de um dos pedaços de lã e oferece a outra ponta a alguém do segundo grupo. Se os participantes se agarrarem bem às suas pontas, a "sociedade" inteira estará interligada no final do processo!</p> <p>Sugestões para aprofundamento</p> <p>O grupo pode dar continuidade ao diagrama de relações, incluindo diferentes grupos da comunidade (veja as "Variantes"). Podem transferir o diagrama para uma folha maior, de forma a clarificar as diferentes relações e, nesse caso, podem até escolher cores para as representar – por exemplo: vermelho para o governo, amarelo para os meios de comunicação social, verde para as ONG's, etc. Pensem nas várias relações que existem na vossa sociedade, especialmente nas que não se encontram bem desenvolvidas, e no que podem fazer para reforçar os elos mais frágeis.</p>
--	---

Fichas

Regras do Jogo

1. O objectivo deste exercício é que cada "actor" consiga que as suas exigências sejam aceites por parte dos outros "actores".
2. As negociações são feitas entre cada par de "actores", em três rondas, conforme o exemplo:
 - 1.ª ronda: negociação entre os cidadãos e as ONGs; negociação entre o governo e os meios de comunicação social.
 - 2.ª ronda: negociação entre os cidadãos e os meios de comunicação social; negociação entre o governo e as ONGs.
 - 3.ª ronda: negociação entre os cidadãos e o governo; negociação entre os meios de comunicação social e as ONGs.

3. Os pares decidem quem deve começar e, depois, um de cada vez, podem fazer as suas exigências.
4. As exigências devem ser feitas o mais clara e concisamente possível. Os participantes devem explicar o que pretendem com as suas exigências e por que motivos as estão a fazer, ou seja, qual o seu objectivo no desempenho das suas funções.
5. Para aceitar ou rejeitar uma exigência, os participantes devem decidir se a mesma é justa e se a conseguem cumprir.
6. Se um grupo rejeitar uma exigência, o pedaço de lã deve ser posto de lado, uma vez que não será utilizado. Se a exigência for aceite, o pedaço de lã deve ser colado entre as duas entidades, simbolizando a relação estabelecida. O grupo que aceitou a exigência, deve tomar nota na sua tabela, para não se esquecer do prometido.
7. Repitam o processo até discutirem todas as exigências.
8. Repitam o processo até haver ligações entre os quatro "actores".



Fontes:

FAROL - Manual de educação para os direitos humanos com jovens; Conselho da Europa; versão portuguesa do *Compass*, adaptado por Humana Global em 2007 (www.humaglobal.org)

ANEXOS

Artigos da Convenção dos Direitos da Criança

ARTIGO 1.º

Nos termos da presente Convenção, criança é todo o ser humano menor de 18 anos, salvo se, nos termos da lei que lhe for aplicável, atingir a maioridade mais cedo.

ARTIGO 2.º

1. Os Estados Partes comprometem-se a respeitar e a garantir os direitos previstos na presente Convenção a todas as crianças que se encontrem sujeitas à sua jurisdição, sem discriminação alguma, independentemente de qualquer consideração de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou outra da criança, de seus pais ou representantes legais, ou da sua origem nacional, étnica ou social, fortuna, incapacidade, nascimento ou de qualquer outra situação.

2. Os Estados Partes tomam todas as medidas adequadas para que a criança seja efectivamente protegida contra todas as formas de discriminação ou de sanção decorrentes da situação jurídica, de actividades, opiniões expressas ou convicções de seus pais, representantes legais ou outros membros da sua família.

ARTIGO 3.º

1. Todas as decisões relativas a crianças, adoptadas por instituições públicas ou privadas de protecção social, por tribunais, autoridades administrativas ou órgãos legislativos, terão primordialmente em conta o interesse superior da criança.

2. Os Estados Partes comprometem-se a garantir à criança a protecção e os cuidados necessários ao seu bem-estar, tendo em conta os direitos e deveres dos pais, representantes legais ou outras pessoas que a tenham legalmente a seu cargo e, para este efeito, tomam todas as medidas legislativas e administrativas adequadas.

3. Os Estados Partes garantem que o funcionamento de instituições, serviços e estabelecimentos que têm crianças a seu cargo e asseguram que a sua protecção seja conforme às normas fixadas pelas autoridades competentes, nomeadamente nos domínios da segurança e saúde, relativamente ao número e qualificação do seu pessoal, bem como quanto à existência de uma adequada fiscalização.

ARTIGO 4.º

Os Estados Partes comprometem-se a tomar todas as medidas legislativas, administrativas e outras necessárias à realização dos direitos reconhecidos pela presente Convenção. No caso de direitos económicos, sociais e culturais, tomam essas medidas no limite máximo dos seus recursos disponíveis e, se necessário, no quadro da cooperação internacional

ARTIGO 5.º

Os Estados Partes respeitam as responsabilidades, direitos e deveres dos pais e, sendo caso disso, dos membros da família alargada ou da comunidade nos termos dos costumes locais, dos representantes legais ou de outras pessoas que tenham a criança legalmente a seu cargo, de assegurar à criança, de forma compatível com o desenvolvimento das suas capacidades, a orientação e os conselhos adequados ao exercício dos direitos que lhe são reconhecidos pela presente Convenção.

ARTIGO 6.º

1. Os Estados Partes reconhecem à criança o direito inerente à vida.
2. Os Estados Partes asseguram na máxima medida possível a sobrevivência e o desenvolvimento da criança.

ARTIGO 7.º

1. A criança é registada imediatamente após o nascimento e tem desde o nascimento o direito a um nome, o direito a adquirir uma nacionalidade e, sempre que possível, o direito de conhecer os seus pais e de ser educada por eles.
2. Os Estados Partes garantem a realização destes direitos de harmonia com a legislação nacional e as obrigações decorrentes dos instrumentos jurídicos internacionais relevantes neste domínio, nomeadamente nos casos em que, de outro modo, a criança ficasse apátrida.

ARTIGO 8.º

1. Os Estados Partes comprometem-se a respeitar o direito da criança e a preservar a sua identidade, incluindo a nacionalidade, o nome e relações familiares, nos termos da lei, sem ingerência ilegal.
2. No caso de uma criança ser ilegalmente privada de todos os elementos constitutivos da sua identidade ou de alguns deles, os Estados Partes devem assegurar-lhe assistência e protecção adequadas, de forma que a sua identidade seja restabelecida o mais rapidamente possível.

ARTIGO 9.º

1. Os Estados Partes garantem que a criança não é separada de seus pais contra a vontade destes, salvo se as autoridades competentes decidirem, sem prejuízo de revisão judicial e de harmonia com a legislação e o processo aplicáveis, que essa separação é necessária no interesse superior da criança. Tal decisão pode mostrar-se necessária no caso de, por exemplo, os pais maltratarem ou negligenciarem a criança ou no caso de os pais viverem separados e uma decisão sobre o lugar da residência da criança tiver de ser tomada.
2. Em todos os casos previstos no n.º 1 todas as partes interessadas devem ter a possibilidade de participar nas deliberações e de dar a conhecer os seus pontos de vista.
3. Os Estados Partes respeitam o direito da criança separada de um ou de ambos os seus pais de manter regularmente relações pessoais e contactos directos com ambos, salvo se tal se mostrar contrário ao interesse superior da criança.
4. Quando a separação resultar de medidas tomadas por um Estado Parte, tais como a detenção, prisão, exílio, expulsão ou morte (incluindo a morte ocorrida no decurso de detenção, independentemente da sua causa) de ambos os pais ou de um deles, ou da criança, o Estado Parte, se tal lhe for solicitado, dará aos pais, à criança ou, sendo esse o caso, a um outro membro da família informações essenciais sobre o local onde se encontram o membro ou membros da família, a menos que a divulgação de tais informações se mostre prejudicial ao bem-estar da criança. Os Estados Partes comprometem-se, além disso, a que a apresentação de um pedido de tal natureza não determine em si mesmo consequências adversas para a pessoa ou pessoas interessadas.

ARTIGO 10.º

1. Nos termos da obrigação decorrente para os Estados Partes ao abrigo do n.º 1 do artigo 9.º, todos os pedidos formulados por uma criança ou por seus pais para entrar num Estado Parte

ou para o deixar, com o fim de reunificação familiar, são considerados pelos Estados Partes de forma positiva, com humanidade e diligência. Os Estados Partes garantem, além disso, que a apresentação de um tal pedido não determinará consequências adversas para os seus autores ou para os membros das suas famílias.

2. Uma criança cujos pais residem em diferentes Estados Partes tem o direito de manter, salvo circunstâncias excepcionais, relações pessoais e contactos directos regulares com ambos. Para esse efeito, e nos termos da obrigação que decorre para os Estados Partes ao abrigo do n.º 2 do artigo 9.º, os Estados Partes respeitam o direito da criança e de seus pais de deixar qualquer país, incluindo o seu, e de regressar ao seu próprio país. O direito de deixar um país só pode ser objecto de restrições que, sendo previstas na lei, constituam disposições necessárias para proteger a segurança nacional, a ordem pública, a saúde ou moral públicas, ou os direitos e liberdades de outrem, e se mostrem compatíveis com os outros direitos reconhecidos na presente Convenção.

ARTIGO 11.º

1. Os Estados Partes tomam as medidas adequadas para combater a deslocação e a retenção ilícitas de crianças no estrangeiro.

2. Para esse efeito, os Estados Partes promovem a conclusão de acordos bilaterais ou multilaterais ou a adesão a acordos existentes.

ARTIGO 12.º

1. Os Estados Partes garantem à criança com capacidade de discernimento o direito de exprimir livremente a sua opinião sobre as questões que lhe respeitem, sendo devidamente tomadas em consideração as opiniões da criança, de acordo com a sua idade e maturidade.

2. Para este fim, é assegurada à criança a oportunidade de ser ouvida nos processos judiciais e administrativos que lhe respeitem, seja directamente, seja através de representante ou de organismo adequado, segundo as modalidades previstas pelas regras de processo da legislação nacional.

ARTIGO 13.º

1. A criança tem direito à liberdade de expressão. Este direito compreende a liberdade de procurar, receber e expandir informações e ideias de toda a espécie, sem considerações de fronteiras, sob forma oral, escrita, impressa ou artística ou por qualquer outro meio à escolha da criança.

2. O exercício deste direito só pode ser objecto de restrições previstas na lei e que sejam necessárias:

a) Ao respeito dos direitos e da reputação de outrem;

b) À salvaguarda da segurança nacional, da ordem pública, da saúde ou da moral públicas.

ARTIGO 14.º

1. Os Estados Partes respeitam o direito da criança à liberdade de pensamento, de consciência e de religião.

2. Os Estados Partes respeitam os direitos e deveres dos pais e, sendo caso disso, dos representantes legais, de orientar a criança no exercício deste direito, de forma compatível com o desenvolvimento das suas capacidades.

3. A liberdade de manifestar a sua religião ou as suas convicções só pode ser objecto de restrições previstas na lei e que se mostrem necessárias à protecção da segurança, da ordem e da saúde públicas, ou da moral e das liberdades e direitos fundamentais de outrem.

ARTIGO 15.º

1. Os Estados Partes reconhecem os direitos da criança à liberdade de associação e à liberdade de reunião pacífica.

2. O exercício destes direitos só pode ser objecto de restrições previstas na lei e que sejam necessárias, numa sociedade democrática, no interesse da segurança nacional ou da segurança pública, da ordem pública, para proteger a saúde ou a moral públicas ou os direitos e liberdades de outrem.

ARTIGO 16.º

1. Nenhuma criança pode ser sujeita a intromissões arbitrárias ou ilegais na sua vida privada, na sua família, no seu domicílio ou correspondência, nem a ofensas ilegais à sua honra e reputação.

2. A criança tem direito à protecção da lei contra tais intromissões ou ofensas.

ARTIGO 17.º

Os Estados Partes reconhecem a importância da função exercida pelos órgãos de comunicação social e asseguram o acesso da criança à informação e a documentos provenientes de fontes nacionais e internacionais diversas, nomeadamente aqueles que visem promover o seu bem-estar social, espiritual e moral, assim como a sua saúde física e mental. Para esse efeito, os Estados Partes devem:

- a) Encorajar os órgãos de comunicação social a difundir informação e documentos que revistam utilidade social e cultural para a criança e se enquadrem no espírito do artigo 29.º;
- b) Encorajar a cooperação internacional tendente a produzir, trocar e difundir informação e documentos dessa natureza, provenientes de diferentes fontes culturais, nacionais e internacionais;
- c) Encorajar a produção e a difusão de livros para crianças;
- d) Encorajar os órgãos de comunicação social a ter particularmente em conta as necessidades linguísticas das crianças indígenas ou que pertençam a um grupo minoritário;
- e) Favorecer a elaboração de princípios orientadores adequados à protecção da criança contra a informação e documentos prejudiciais ao seu bem-estar, nos termos do disposto nos artigos 13.º e 18.º

ARTIGO 18.º

1. Os Estados Partes diligenciam de forma a assegurar o reconhecimento do princípio segundo o qual ambos os pais têm uma responsabilidade comum na educação e no desenvolvimento da criança. A responsabilidade de educar a criança e de assegurar o seu desenvolvimento cabe primordialmente aos pais e, sendo caso disso, aos representantes legais. O interesse superior da criança deve constituir a sua preocupação fundamental.

2. Para garantir e promover os direitos enunciados na presente Convenção, os Estados Partes asseguram uma assistência adequada aos pais e representantes legais da criança no exercício da responsabilidade que lhes cabe de educar a criança e garantem o estabelecimento de instituições, instalações e serviços de assistência à infância.

3. Os Estados Partes tomam todas as medidas adequadas para garantir às crianças cujos pais trabalhem o direito de beneficiar de serviços e instalações de assistência às crianças para os quais reúnam as condições requeridas.

ARTIGO 19.º

1. Os Estados Partes tomam todas as medidas legislativas, administrativas, sociais e educativas adequadas à protecção da criança contra todas as formas de violência física ou mental, dano ou sevícia, abandono ou tratamento negligente; maus tratos ou exploração, incluindo a violência sexual, enquanto se encontrar sob a guarda de seus pais ou de um deles, dos representantes legais ou de qualquer outra pessoa a cuja guarda haja sido confiada.

2. Tais medidas de protecção devem incluir, consoante o caso, processos eficazes para o estabelecimento de programas sociais destinados a assegurar o apoio necessário à criança e àqueles a cuja guarda está confiada, bem como outras formas de prevenção, e para identificação, elaboração de relatório, transmissão, investigação, tratamento e acompanhamento dos casos de maus tratos infligidos à criança, acima descritos, compreendendo igualmente, se necessário, processos de intervenção judicial.

ARTIGO 20.º

1. A criança temporária ou definitivamente privada do seu ambiente familiar ou que, no seu interesse superior, não possa ser deixada em tal ambiente tem direito à protecção e assistência especiais do Estado.

2. Os Estados Partes asseguram a tais crianças uma protecção alternativa, nos termos da sua legislação nacional.

3. A protecção alternativa pode incluir, entre outras, a forma de colocação familiar, a kafala do direito islâmico, a adopção ou, no caso de tal se mostrar necessário, a colocação em estabelecimentos adequados de assistência às crianças. Ao considerar tais soluções, importa atender devidamente à necessidade de assegurar continuidade à educação da criança, bem como à sua origem étnica, religiosa, cultural e linguística.

ARTIGO 21.º

Os Estados Partes que reconhecem e ou permitem a adopção asseguram que o interesse superior da criança será a consideração primordial neste domínio e:

a) Garantem que a adopção de uma criança é autorizada unicamente pelas autoridades competentes, que, nos termos da lei e do processo aplicáveis e baseando-se em todas as informações credíveis relativas ao caso concreto, verificam que a adopção pode ter lugar face à situação da criança relativamente a seus pais, parentes e representantes legais e que, se necessário, as pessoas interessadas deram em consciência o seu consentimento à adopção, após se terem socorrido de todos os pareceres julgados necessários;

b) Reconhecem que a adopção internacional pode ser considerada como uma forma alternativa de protecção da criança se esta não puder ser objecto de uma medida de colocação numa família de acolhimento ou adoptiva, ou se não puder ser convenientemente educada no seu país de origem;

- c) Garantem à criança sujeito de adopção internacional o gozo das garantias e normas equivalentes às aplicáveis em caso de adopção nacional;
- d) Tomam todas as medidas adequadas para garantir que, em caso de adopção internacional, a colocação da criança se não traduza num benefício material indevido para os que nela estejam envolvidos;
- e) Promovem os objectivos deste artigo pela conclusão de acordos ou tratados bilaterais ou multilaterais, consoante o caso, e neste domínio procuram assegurar que as colocações de crianças no estrangeiro sejam efectuadas por autoridades ou organismos competentes.

ARTIGO 22.º

1. Os Estados Partes tomam as medidas necessárias para que a criança que requeira o estatuto de refugiado ou que seja considerada refugiado, de harmonia com as normas e processos de direito internacional ou nacional aplicáveis, quer se encontre só, quer acompanhada de seus pais ou de qualquer outra pessoa, beneficie de adequada protecção e assistência humanitária, de forma a permitir o gozo dos direitos reconhecidos pela presente Convenção e outros instrumentos internacionais relativos aos direitos do homem ou de carácter humanitário, de que os referidos Estados sejam Partes.

2. Para esse efeito, os Estados Partes cooperam, nos termos considerados adequados, nos esforços desenvolvidos pela Organização das Nações Unidas e por outras organizações intergovernamentais ou não governamentais competentes que colaborem com a Organização das Nações Unidas na protecção e assistência de crianças que se encontrem em tal situação, e na procura dos pais ou de outros membros da família da criança refugiada, de forma a obter as informações necessárias à reunificação familiar. No caso de não terem sido encontrados os pais ou outros membros da família, a criança deve beneficiar, à luz dos princípios enunciados na presente Convenção, da protecção assegurada a toda a criança que, por qualquer motivo, se encontre privada temporária ou definitivamente do seu ambiente familiar.

ARTIGO 23.º

1. Os Estados Partes reconhecem à criança mental e fisicamente deficiente o direito a uma vida plena e decente em condições que garantam a sua dignidade, favoreçam a sua autonomia e facilitem a sua participação activa na vida da comunidade.

2. Os Estados Partes reconhecem à criança deficiente o direito de beneficiar de cuidados especiais e encorajam e asseguram, na medida dos recursos disponíveis, a prestação à criança que reúna as condições requeridas e àqueles que a tenham a seu cargo de uma assistência correspondente ao pedido formulado e adaptada ao estado da criança e à situação dos pais ou daqueles que a tiverem a seu cargo.

3. Atendendo às necessidades particulares da criança deficiente, a assistência fornecida nos termos do n.º 2 será gratuita sempre que tal seja possível, atendendo aos recursos financeiros dos pais ou daqueles que tiverem a criança a seu cargo, e é concebida de maneira a que a criança deficiente tenha efectivo acesso à educação, à formação, aos cuidados de saúde, à reabilitação, à preparação para o emprego e a actividades recreativas, e beneficie desses serviços de forma a assegurar uma integração social tão completa quanto possível e o desenvolvimento pessoal, incluindo nos domínios cultural e espiritual.

4. Num espírito de cooperação internacional, os Estados Partes promovem a troca de informações pertinentes no domínio dos cuidados preventivos de saúde e do tratamento

médico, psicológico e funcional das crianças deficientes, incluindo a difusão de informações respeitantes aos métodos de reabilitação e aos serviços de formação profissional, bem como o acesso a esses dados, com vista a permitir que os Estados Partes melhorem as suas capacidades e qualificações e alarguem a sua experiência nesses domínios. A este respeito atender-se-á de forma particular às necessidades dos países em desenvolvimento.

ARTIGO 24.º

1. Os Estados Partes reconhecem à criança o direito a gozar do melhor estado de saúde possível e a beneficiar de serviços médicos e de reeducação. Os Estados Partes velam pela garantia de que nenhuma criança seja privada do direito de acesso a tais serviços de saúde.

2. Os Estados Partes prosseguem a realização integral deste direito e, nomeadamente, tomam medidas adequadas para:

- a) Fazer baixar a mortalidade entre as crianças de tenra idade e a mortalidade infantil;
- b) Assegurar a assistência médica e os cuidados de saúde necessários a todas as crianças, enfatizando o desenvolvimento dos cuidados de saúde primários;
- c) Combater a doença e a má nutrição, no quadro dos cuidados de saúde primários, graças nomeadamente à utilização de técnicas facilmente disponíveis e ao fornecimento de alimentos nutritivos e de água potável, tendo em consideração os perigos e riscos da poluição do ambiente;
- d) Assegurar às mães os cuidados de saúde, antes e depois do nascimento;
- e) Assegurar que todos os grupos da população, nomeadamente os pais e as crianças, sejam informados, tenham acesso e sejam apoiados na utilização de conhecimentos básicos sobre a saúde e a nutrição da criança, as vantagens do aleitamento materno, a higiene e a salubridade do ambiente, bem como a prevenção de acidentes;
- f) Desenvolver os cuidados preventivos de saúde, os conselhos aos pais e a educação sobre planeamento familiar e os serviços respectivos.

3. Os Estados Partes tomam todas as medidas eficazes e adequadas com vista a abolir as práticas tradicionais prejudiciais à saúde das crianças.

4. Os Estados Partes comprometem-se a promover e a encorajar a cooperação internacional, de forma a garantir progressivamente a plena realização do direito reconhecido no presente artigo. A este respeito atender-se-á de forma particular às necessidades dos países em desenvolvimento.

ARTIGO 25.º

Os Estados Partes reconhecem à criança que foi objecto de uma medida de colocação num estabelecimento pelas autoridades competentes, para fins de assistência, protecção ou tratamento físico ou mental, o direito à revisão periódica do tratamento a que foi submetida e de quaisquer outras circunstâncias ligadas à sua colocação.

ARTIGO 26.º

1. Os Estados Partes reconhecem à criança o direito de beneficiar da segurança social e tomam todas as medidas necessárias para assegurar a plena realização deste direito, nos termos da sua legislação nacional.

2. As prestações, se a elas houver lugar, devem ser atribuídas tendo em conta os recursos e a situação da criança e das pessoas responsáveis pela sua manutenção, assim como qualquer outra consideração relativa ao pedido de prestação feito pela criança ou em seu nome.

ARTIGO 27.º

1. Os Estados Partes reconhecem à criança o direito a um nível de vida suficiente, de forma a permitir o seu desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral e social.

2. Cabe primordialmente aos pais e às pessoas que têm a criança a seu cargo a responsabilidade de assegurar, dentro das suas possibilidades e disponibilidades económicas, as condições de vida necessárias ao desenvolvimento da criança.

3. Os Estados Partes, tendo em conta as condições nacionais e na medida dos seus meios, tomam as medidas adequadas para ajudar os pais e outras pessoas que tenham a criança a seu cargo a realizar este direito e asseguram, em caso de necessidade, auxílio material e programas de apoio, nomeadamente no que respeita à alimentação, vestuário e alojamento.

4. Os Estados Partes tomam todas as medidas adequadas tendentes a assegurar a cobrança da pensão alimentar devida à criança, de seus pais ou de outras pessoas que tenham a criança economicamente a seu cargo, tanto no seu território quanto no estrangeiro. Nomeadamente, quando a pessoa que tem a criança economicamente a seu cargo vive num Estado diferente do da criança, os Estados Partes devem promover a adesão a acordos internacionais ou a conclusão de tais acordos, assim como a adopção de quaisquer outras medidas julgadas adequadas.

ARTIGO 28.º

1. Os Estados Partes reconhecem o direito da criança à educação e tendo, nomeadamente, em vista assegurar progressivamente o exercício desse direito na base da igualdade de oportunidades:

- a) Tornam o ensino primário obrigatório e gratuito para todos;
- b) Encorajam a organização de diferentes sistemas de ensino secundário, geral e profissional, tornam estes públicos e acessíveis a todas as crianças e tomam medidas adequadas, tais como a introdução da gratuidade do ensino e a oferta de auxílio financeiro em caso de necessidade;
- c) Tornam o ensino superior acessível a todos, em função das capacidades de cada um, por todos os meios adequados;
- d) Tornam a informação e a orientação escolar e profissional públicas e acessíveis a todas as crianças;
- e) Tomam medidas para encorajar a frequência escolar regular e a redução das taxas de abandono escolar.

2. Os Estados Partes tomam as medidas adequadas para velar por que a disciplina escolar seja assegurada de forma compatível com a dignidade humana da criança e nos termos da presente Convenção.

3. Os Estados Partes promovem e encorajam a cooperação internacional no domínio da educação, nomeadamente de forma a contribuir para a eliminação da ignorância e do

analfabetismo no mundo e a facilitar o acesso aos conhecimentos científicos e técnicos e aos modernos métodos de ensino. A este respeito atender-se-á de forma particular às necessidades dos países em desenvolvimento.

ARTIGO 29.º

1. Os Estados Partes acordam em que a educação da criança deve destinar-se a :

- a) Promover o desenvolvimento da personalidade da criança, dos seus dons e aptidões mentais e físicos na medida das suas potencialidades;
- b) Inculcar na criança o respeito pelos direitos do homem e liberdades fundamentais e pelos princípios consagrados na Carta das Nações Unidas;
- c) Inculcar na criança o respeito pelos pais, pela sua identidade cultural, língua e valores, pelos valores nacionais do país em que vive, do país de origem e pelas civilizações diferentes da sua;
- d) Preparar a criança para assumir as responsabilidades da vida numa sociedade livre, num espírito de compreensão, paz, tolerância, igualdade entre os sexos e de amizade entre todos os povos, grupos étnicos, nacionais e religiosos e com pessoas de origem indígena;
- e) Promover o respeito da criança pelo meio ambiente.

2. Nenhuma disposição deste artigo ou do artigo 28.º pode ser interpretada de forma a ofender a liberdade dos indivíduos ou das pessoas colectivas de criar e dirigir estabelecimentos de ensino, desde que sejam respeitados os princípios enunciados no n.º 1 do presente artigo e que a educação ministrada nesses estabelecimentos seja conforme às regras mínimas prescritas pelo Estado.

ARTIGO 30.º

Nos Estados em que existam minorias étnicas, religiosas ou linguísticas ou pessoas de origem indígena, nenhuma criança indígena ou que pertença a uma dessas minorias poderá ser privada do direito de, conjuntamente com membros do seu grupo, ter a sua própria vida cultural, professar e praticar a sua própria religião ou utilizar a sua própria língua.

ARTIGO 31.º

1. Os Estados Partes reconhecem à criança o direito ao repouso e aos tempos livres, o direito de participar em jogos e actividades recreativas próprias da sua idade e de participar livremente na vida cultural e artística.

2. Os Estados Partes respeitam e promovem o direito da criança de participar plenamente na vida cultural e artística e encorajam a organização, em seu benefício, de formas adequadas de tempos livres e de actividades recreativas, artísticas e culturais, em condições de igualdade.

ARTIGO 32.º

1. Os Estados Partes reconhecem à criança o direito de ser protegida contra a exploração económica ou a sujeição a trabalhos perigosos ou capazes de comprometer a sua educação, prejudicar a sua saúde ou o seu desenvolvimento físico, mental, espiritual, moral ou social.

2. Os Estados Partes tomam medidas legislativas, administrativas, sociais e educativas para assegurar a aplicação deste artigo. Para esse efeito, e tendo em conta as disposições

relevantes de outros instrumentos jurídicos internacionais, os Estados Partes devem, nomeadamente:

- a) Fixar uma idade mínima ou idades mínimas para a admissão a um emprego;
- b) Adoptar regulamentos próprios relativos à duração e às condições de trabalho; e
- c) Prever penas ou outras sanções adequadas para assegurar uma efectiva aplicação deste artigo.

ARTIGO 33.º

Os Estados Partes adoptam todas as medidas adequadas, incluindo medidas legislativas, administrativas, sociais e educativas para proteger as crianças contra o consumo ilícito de estupefacientes e de substâncias psicotrópicas, tais como definidos nas convenções internacionais aplicáveis, e para prevenir a utilização de crianças na produção e no tráfico ilícitos de tais substâncias.

ARTIGO 34.º

Os Estados Partes comprometem-se a proteger a criança contra todas as formas de exploração e de violência sexuais. Para esse efeito, os Estados Partes devem, nomeadamente, tomar todas as medidas adequadas, nos planos nacional, bilateral e multilateral para impedir:

- a) Que a criança seja incitada ou coagida a dedicar-se a uma actividade sexual ilícita;
- b) Que a criança seja explorada para fins de prostituição ou de outras práticas sexuais ilícitas;
- c) Que a criança seja explorada na produção de espectáculos ou de material de natureza pornográfica.

ARTIGO 35.º

Os Estados Partes tomam todas as medidas adequadas, nos planos nacional, bilateral e multilateral, para impedir o rapto, a venda ou o tráfico de crianças, independentemente do seu fim ou forma.

ARTIGO 36.º

Os Estados Partes protegem a criança contra todas as formas de exploração prejudiciais a qualquer aspecto do seu bem-estar.

ARTIGO 37.º

Os Estados Partes garantem que:

- a) Nenhuma criança será submetida à tortura ou a penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes. A pena de morte e a prisão perpétua sem possibilidade de libertação não serão impostas por infracções cometidas por pessoas com menos de 18 anos;
- b) Nenhuma criança será privada de liberdade de forma ilegal ou arbitrária: a captura, detenção ou prisão de uma criança devem ser conformes à lei, serão utilizadas unicamente como medida de último recurso e terão a duração mais breve possível;
- c) A criança privada de liberdade deve ser tratada com a humanidade e o respeito devidos à dignidade da pessoa humana e de forma consentânea com as necessidades das pessoas da sua idade. Nomeadamente, a criança privada de liberdade deve ser separada dos adultos, a

menos que, no superior interesse da criança, tal não pareça aconselhável, e tem o direito de manter contacto com a sua família através de correspondência e visitas, salvo em circunstâncias excepcionais;

d) A criança privada de liberdade tem o direito de aceder rapidamente à assistência jurídica ou a outra assistência adequada e o direito de impugnar a legalidade da sua privação de liberdade perante um tribunal ou outra autoridade competente, independente e imparcial, bem como o direito a uma rápida decisão sobre tal matéria.

ARTIGO 38.º

1. Os Estados Partes comprometem-se a respeitar e a fazer respeitar as normas de direito humanitário internacional que lhes sejam aplicáveis em caso de conflito armado e que se mostrem relevantes para a criança.

2. Os Estados Partes devem tomar todas as medidas possíveis na prática para garantir que nenhuma criança com menos de 15 anos participe directamente nas hostilidades.

3. Os Estados Partes devem abster-se de incorporar nas forças armadas as pessoas que não tenham a idade de 15 anos. No caso de incorporação de pessoas de idade superior a 15 anos e inferior a 18 anos, os Estados Partes devem incorporar prioritariamente os mais velhos.

4. Nos termos das obrigações contraídas à luz do direito internacional humanitário para a protecção da população civil em caso de conflito armado, os Estados Partes na presente Convenção devem tomar todas as medidas possíveis na prática para assegurar protecção e assistência às crianças afectadas por um conflito armado.

ARTIGO 39.º

Os Estados Partes tomam todas as medidas adequadas para promover a recuperação física e psicológica e a reinserção social da criança vítima de qualquer forma de negligência, exploração ou sevícias, de tortura ou qualquer outra pena ou tratamento cruéis, desumanos ou degradantes ou de conflito armado. Essas recuperação e reinserção devem ter lugar num ambiente que favoreça a saúde, o respeito por si próprio e a dignidade da criança.

ARTIGO 40.º

1. Os Estados Partes reconhecem à criança suspeita, acusada ou que se reconheceu ter infringido a lei penal o direito a um tratamento capaz de favorecer o seu sentido de dignidade e valor, reforçar o seu respeito pelos direitos do homem e as liberdades fundamentais de terceiros e que tenha em conta a sua idade e a necessidade de facilitar a sua reintegração social e o assumir de um papel construtivo no seio da sociedade.

2. Para esse feito, e atendendo às disposições pertinentes dos instrumentos jurídicos internacionais, os Estados Partes garantem, nomeadamente, que:

a) Nenhuma criança seja suspeita, acusada ou reconhecida como tendo infringido a lei penal por acções ou omissões que, no momento da sua prática, não eram proibidas pelo direito nacional ou internacional;

b) A criança suspeita ou acusada de ter infringido a lei penal tenha, no mínimo, direito às garantias seguintes:

i) Presumir-se inocente até que a sua culpabilidade tenha sido legalmente estabelecida;

ii) A ser informada pronta e directamente das acusações formuladas contra si ou, se necessário, através de seus pais ou representantes legais, e beneficiar de assistência jurídica ou de outra assistência adequada para a preparação e apresentação da sua defesa;

iii) A sua causa ser examinada sem demora por uma autoridade competente, independente e imparcial ou por um tribunal, de forma equitativa nos termos da lei, na presença do seu defensor ou de outrem assegurando assistência adequada e, a menos que tal se mostre contrário ao interesse superior da criança, nomeadamente atendendo à sua idade ou situação, na presença de seus pais ou representantes legais;

iv) A não ser obrigada a testemunhar ou a confessar-se culpada; a interrogar ou fazer interrogar as testemunhas de acusação e a obter a comparência e o interrogatório das testemunhas de defesa em condições de igualdade;

v) No caso de se considerar que infringiu a lei penal, a recorrer dessa decisão e das medidas impostas em sequência desta para uma autoridade superior, competente, independente e imparcial, ou uma autoridade judicial, nos termos da lei;

vi) A fazer-se assistir gratuitamente por um intérprete, se não compreender ou falar a língua utilizada;

vii) A ver plenamente respeitada a sua vida privada em todos os momentos do processo.

3. Os Estados Partes procuram promover o estabelecimento de leis, processos, autoridades e instituições especificamente adequadas a crianças suspeitas, acusadas ou reconhecidas como tendo infringido a lei penal, e, nomeadamente:

a) O estabelecimento de uma idade mínima abaixo da qual se presume que as crianças não têm capacidade para infringir a lei penal;

b) Quando tal se mostre possível e desejável, a adopção de medidas relativas a essas crianças sem recurso ao processo judicial, assegurando-se o pleno respeito dos direitos do homem e das garantias previstas pela lei.

4. Um conjunto de disposições relativas, nomeadamente, à assistência, orientação e controlo, conselhos, regime de prova, colocação familiar, programas de educação geral e profissional, bem como outras soluções alternativas às institucionais, serão previstas de forma a assegurar às crianças um tratamento adequado ao seu bem-estar e proporcionado à sua situação e à infracção.

ARTIGO 41.^o

Nenhuma disposição da presente Convenção afecta as disposições mais favoráveis à realização dos direitos da criança que possam figurar:

a) Na legislação de um Estado Parte;

b) No direito internacional em vigor para esse Estado.

PARTE II

ARTIGO 42.^o

Os Estados Partes comprometem-se a tornar amplamente conhecidos, por meios activos e

adequados, os princípios e as disposições da presente Convenção, tanto pelos adultos como pelas crianças.

ARTIGO 43.^o

1. Com o fim de examinar os progressos realizados pelos Estados Partes no cumprimento das obrigações que lhes cabem nos termos da presente Convenção, é instituído um Comité dos Direitos da Criança, que desempenha as funções seguidamente definidas.

2. O Comité é composto de 10 peritos de alta autoridade moral e de reconhecida competência no domínio abrangido pela presente Convenção. Os membros do Comité são eleitos pelos Estados Partes de entre os seus nacionais e exercem as suas funções a título pessoal, tendo em consideração a necessidade de assegurar uma repartição geográfica equitativa e atendendo aos principais sistemas jurídicos.

3. Os membros do Comité são eleitos por escrutínio secreto de entre uma lista de candidatos designados pelos Estados Partes. Cada Estado Parte pode designar um perito de entre os seus nacionais.

4. A primeira eleição tem lugar nos seis meses seguintes à data da entrada em vigor da presente Convenção e, depois disso, todos os dois anos. Pelo menos quatro meses antes da data de cada eleição, o Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas convida, por escrito, os Estados Partes a proporem os seus candidatos num prazo de dois meses. O Secretário-Geral elabora, em seguida, a lista alfabética dos candidatos assim apresentados, indicando por que Estado foram designados, e comunica-a aos Estados Partes na presente Convenção.

5. As eleições realizam-se aquando das reuniões dos Estados Partes convocadas pelo Secretário-Geral para a sede da Organização das Nações Unidas. Nestas reuniões, em que o quórum é constituído por dois terços dos Estados Partes, são eleitos para o Comité os candidatos que obtiverem o maior número de votos e a maioria absoluta dos votos dos representantes dos Estados Partes presentes e votantes.

6. Os membros do Comité são eleitos por um período de quatro anos. São reelegíveis no caso de recandidatura. O mandato de cinco dos membros eleitos na primeira eleição termina ao fim de dois anos. O presidente da reunião tira à sorte, imediatamente após a primeira eleição, os nomes destes cinco elementos.

7. Em caso de morte ou de demissão de um membro do Comité ou se, por qualquer outra razão, um membro declarar que não pode continuar a exercer funções no seio do Comité, o Estado Parte que havia proposto a sua candidatura designa um outro perito, de entre os seus nacionais, para preencher a vaga até ao termo do mandato, sujeito a aprovação do Comité.

8. O Comité adopta o seu regulamento interno.

9. O Comité elege o seu secretariado por um período de dois anos.

10. As reuniões do Comité têm habitualmente lugar na sede da Organização das Nações Unidas ou em qualquer outro lugar julgado conveniente e determinado pelo Comité. O Comité reúne em regra anualmente. A duração das sessões do Comité é determinada, e se necessário revista, por uma reunião dos Estados Partes na presente Convenção, sujeita à aprovação da Assembleia-Geral.

11. O Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas põe à disposição do Comité o pessoal e as instalações necessárias para o desempenho eficaz das funções que lhe são confiadas ao abrigo da presente Convenção.

12. Os membros do Comité instituído pela presente Convenção recebem, com a aprovação da Assembleia Geral, emolumentos provenientes dos recursos financeiros das Nações Unidas, segundo as condições e modalidades fixadas pela Assembleia Geral.

ARTIGO 44.º

1. Os Estados Partes comprometem-se a apresentar ao Comité, através do Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas, relatórios sobre as medidas que hajam adoptado para dar aplicação aos direitos reconhecidos pela Convenção e sobre os progressos realizados no gozo desses direitos:

a) Nos dois anos subsequentes à data da entrada em vigor da presente Convenção para os Estados Partes;

b) Em seguida, de cinco em cinco anos.

2. Os relatórios apresentados em aplicação do presente artigo devem indicar os factores e as dificuldades, se a elas houver lugar, que impeçam o cumprimento, pelos Estados Partes, das obrigações decorrentes da presente Convenção. Devem igualmente conter informações suficientes para dar ao Comité uma ideia precisa da aplicação da Convenção no referido país.

3. Os Estados Partes que tenham apresentado ao Comité um relatório inicial completo não necessitam de repetir, nos relatórios subsequentes, submetidos nos termos do n.º 1, alínea b), as informações de base anteriormente comunicadas.

4. O Comité pode solicitar aos Estados Partes informações complementares relevantes para a aplicação da Convenção.

5. O Comité submete de dois em dois anos à Assembleia-Geral, através do Conselho Económico e Social, um relatório das suas actividades.

6. Os Estados Partes asseguram aos seus relatórios uma larga difusão nos seus próprios países.

ARTIGO 45.º

De forma a promover a aplicação efectiva da Convenção e a encorajar a cooperação internacional no domínio coberto pela Convenção:

a) As agências especializadas, a UNICEF e outros órgãos das Nações Unidas podem fazer-se representar quando for apreciada a aplicação de disposições da presente Convenção que se inscrevam no seu mandato. O Comité pode convidar as agências especializadas, a UNICEF e outros organismos competentes considerados relevantes a fornecer o seu parecer técnico sobre a aplicação da convenção no âmbito dos seus respectivos mandatos. O Comité pode convidar as agências especializadas, a UNICEF e outros órgãos das Nações Unidas a apresentar relatórios sobre a aplicação da Convenção nas áreas relativas aos seus domínios de actividade;

b) O Comité transmite, se o julgar necessário, às agências especializadas, à UNICEF e a outros organismos competentes os relatórios dos Estados Partes que contenham pedidos ou

indiquem necessidades de conselho ou de assistência técnicos, acompanhados de eventuais observações e sugestões do Comité relativos àqueles pedidos ou indicações;

c) O Comité pode recomendar à Assembleia-Geral que solicite ao Secretário-Geral a realização, para o Comité, de estudos sobre questões específicas relativas aos direitos da criança;

d) O Comité pode fazer sugestões e recomendações de ordem geral com base nas informações recebidas em aplicação dos artigos 44.º e 45.º da presente Convenção. Essas sugestões e recomendações de ordem geral são transmitidas aos Estados interessados e levadas ao conhecimento da Assembleia-Geral, acompanhadas, se necessário, dos comentários dos Estados Partes.

PARTE III

ARTIGO 46.º

A presente Convenção está aberta à assinatura de todos os Estados.

ARTIGO 47.º

A presente Convenção está sujeita a ratificação. Os instrumentos de ratificação serão depositados junto do Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas.

ARTIGO 48.º

A presente Convenção está aberta a adesão de todos os Estados. A adesão far-se-á pelo depósito de um instrumento de adesão junto do Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas.

ARTIGO 49.º

1. A presente Convenção entrará em vigor no 30.º dia após a data do depósito junto do Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas do 20.º instrumento de ratificação ou de adesão.

2. Para cada um dos Estados que ratificarem a presente Convenção ou a ela aderirem após o depósito do 20.º instrumento de ratificação ou de adesão, a Convenção entrará em vigor no 30.º dia após a data do depósito, por parte desse Estado, do seu instrumento de ratificação ou de adesão.

ARTIGO 50.º

1. Qualquer Estado Parte pode propor uma emenda e depositar o seu texto junto do Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas. O Secretário-Geral transmite, em seguida, a proposta de emenda aos Estados Partes na presente Convenção, solicitando que lhe seja comunicado se são favoráveis à convocação de uma conferência de Estados Partes para apreciação e votação da proposta. Se, nos quatro meses subsequentes a essa comunicação, pelo menos um terço dos Estados Partes se declarar a favor da realização da referida conferência, o Secretário-Geral convocá-la-á sob os auspícios da Organização das Nações Unidas. As emendas adoptadas pela maioria dos Estados Partes presentes e votantes na conferência são submetidas à Assembleia Geral das Nações Unidas para aprovação.

2. As emendas adoptadas nos termos do disposto no n.º 1 do presente artigo entram em vigor quando aprovadas pela Assembleia Geral das Nações Unidas e aceites por uma maioria de dois terços dos Estados Partes.

3. Quando uma emenda entrar em vigor, terá força vinculativa para os Estados que a hajam aceite, ficando os outros Estados Partes ligados pelas disposições da presente Convenção e por todas as emendas anteriores que tenham aceite.

ARTIGO 51.º

1. O Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas recebe e comunica a todos os Estados o texto das reservas que forem feitas pelos Estados no momento da ratificação ou da adesão.

2. Não é autorizada nenhuma reserva incompatível com o objecto e com o fim da presente Convenção.

3. As reservas podem ser retiradas em qualquer momento por via de notificação dirigida ao Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas, o qual informará todos os Estados Partes na Convenção. A notificação produz efeitos na data da sua recepção pelo Secretário-Geral.

ARTIGO 52.º

Um Estado Parte pode denunciar a presente Convenção por notificação escrita dirigida ao Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas. A denúncia produz efeitos um ano após a data de recepção da notificação pelo Secretário-Geral.

ARTIGO 53.º

O Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas é designado como depositário da presente Convenção.

ARTIGO 54.º

A presente Convenção, cujos textos em inglês, árabe, chinês, espanhol, francês e russo fazem igualmente fé, será depositada junto do Secretário-Geral da Organização das Nações Unidas.